

NARRATIVAS DAS TRABALHADORAS DA PESCA ARTESANAL: PERCEPÇÃO SOBRE A DIMENSÃO AMBIENTAL E ECOLÓGICA DAS MULHERES NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS¹

Suelen Ribeiro de Souza (UENF-RJ)²
Silvia Alicia Martínez (UENF-RJ)³

Resumo: A pesca é uma importante atividade produtiva, que conta com a participação feminina em diferentes atividades tanto no âmbito doméstico, quanto no espaço "público", diretamente relacionadas com a pesca, ou não. (MANESCHY, 1995). Busca-se discutir, neste trabalho, a visão das mulheres sobre a condição feminina na pesca no município de São João da Barra-RJ, nas dimensões ambiental e social. Na dimensão ambiental identifica-se os conflitos socioambientais vivenciados pelas comunidades tradicionais na ótica feminina. Já na social observa-se as condições femininas nesse ambiente, que historicamente é reconhecido como eminentemente masculino. Os apontamentos resultam das observações e entrevistas semiestruturadas realizadas com doze (12) pescadoras e/ou trabalhadoras da pesca, residentes nas comunidades de Atafona, Barra do Açú e Quixaba. As narrativas nos levam a perceber que as mulheres possuem uma relação intensa com o meio ambiente, favorecendo sua percepção das mudanças, como por exemplo, a escassez do pescado. Na dimensão social, as narrativas indicam que atividades realizadas por elas são desvalorizadas, dificultando o processo de certificação, ou seja, obtenção do Registro Geral da Pesca (RGP) - principal documento para acessar as políticas sociais trabalhistas e previdenciária. Esse reconhecimento legal é bem mais difícil para as mulheres, visto que a própria legislação pesqueira não reconhece legalmente o trabalho feminino (HELLEBRANDT, 2017).

Palavras-chaves: Mulher. Pesca Artesanal. Narrativas.

Abstract: Fishing is an important productive activity, with the participation of women in different activities both in the domestic sphere and in the "public" space, directly related to fishing or not. (MANESCHY, 1995). The objective of this study is to discuss women's views on the female condition in the municipality of São João da Barra-RJ, in the environmental and social dimensions. The environmental dimension identifies the socio-environmental conflicts experienced by traditional communities in the feminine view. Already in the social one observes the feminine conditions in that environment, that historically is recognized as eminently masculine. The observations are based on observations and semi-structured interviews with twelve (12) fishermen and / or fishworkers living in the communities of Atafona, Barra do Açú and Quixaba. The narratives lead us to realize that women have an intense relationship with the environment, favoring their perception of changes, such as the scarcity of fish. In the social dimension, the narratives indicate that activities carried out by them are devalued, making the certification process difficult, that is, obtaining the General Fisheries Register

¹ “Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Pesquisadora do Projeto de Pesquisa Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais nas regiões norte fluminense e baixadas litorâneas. Contato: suelenrs_16@hotmail.com.

³ Professora Associada da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais nas regiões norte fluminense e baixadas litorâneas.

(RGP) - the main document for accessing labor and social security policies. This legal recognition is much more difficult for women, since fishing legislation itself does not legally recognize female labor (HELLEBRANDT, 2017).

Keywords: Woman. Artisanal Fishing. Narratives.

Introdução

O presente artigo, desenvolvido no âmbito do programa de pós-graduação em Políticas Sociais e do projeto “Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas”, ligados à Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), tem como foco o universo feminino na pesca artesanal.

A pesca artesanal é uma importante atividade produtiva, iniciada no período colonial brasileiro, que articula saberes de indígenas, africanos e europeus (SILVA, 2015). Nesse universo a mulher assumiu e continua a assumir funções no processo produtivo pesqueiro, através de atividades que desempenha tanto no âmbito doméstico, quanto no espaço "público", diretamente relacionadas com a pesca, ou não, sendo responsável pela manutenção do grupo (MANESCHY, 1995; WOORTMANN, 1992).

Na pesca artesanal, pode-se encontrar a participação feminina, em todas as etapas da cadeia produtiva, sobretudo nas “ocupações anteriores e posteriores à pesca propriamente dita, às vezes participam, [...] com ou sem remuneração” (FAO, 2012 apud GERBER, 2015, p. 22-23). Nota-se, aqui que “as construções sociais de gênero repercutem nos modos pelos quais mulheres e homens participam nas atividades produtivas, vivenciam os riscos decorrentes de padrões históricos e hegemônicos de desenvolvimento, assim como as repercussões das políticas de enfrentamento dos riscos” (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 740).

Diante desse quadro, busca-se discutir a visão das mulheres sobre a condição feminina na pesca no município de São João da Barra-RJ, nas dimensões ambiental e social. No meio ambiental privilegia-se os conflitos socioambientais vivenciados pelas comunidades tradicionais. Na dimensão social procura-se observar as condições de trabalho e valorização feminina nesse ambiente, que historicamente foi(é) reconhecido como masculino. As narrativas, aqui descrita, são fruto da observação das autoras em campo, bem como das entrevistas semiestruturadas realizadas com doze (12) pescadoras e/ou trabalhadoras da pesca, residentes nas comunidades de Atafona, Barra do Açú e Quixaba, que possuem um contingente considerável de pessoas envolvidas na atividade

pesqueira. O presente artigo conta com mais duas partes, além desta introdução que discutem a dimensão ambiental e social da condição feminina na pesca.

Conflitos socioambientais: causas e consequências identificadas pelas mulheres da pesca

Os conflitos ambientais podem ser vistos como aqueles envolvendo grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território, causados quando um dos grupos percebe ameaçada a continuidade das atividades que desenvolvem por impactos indesejados (ACSELRAD, 2004).

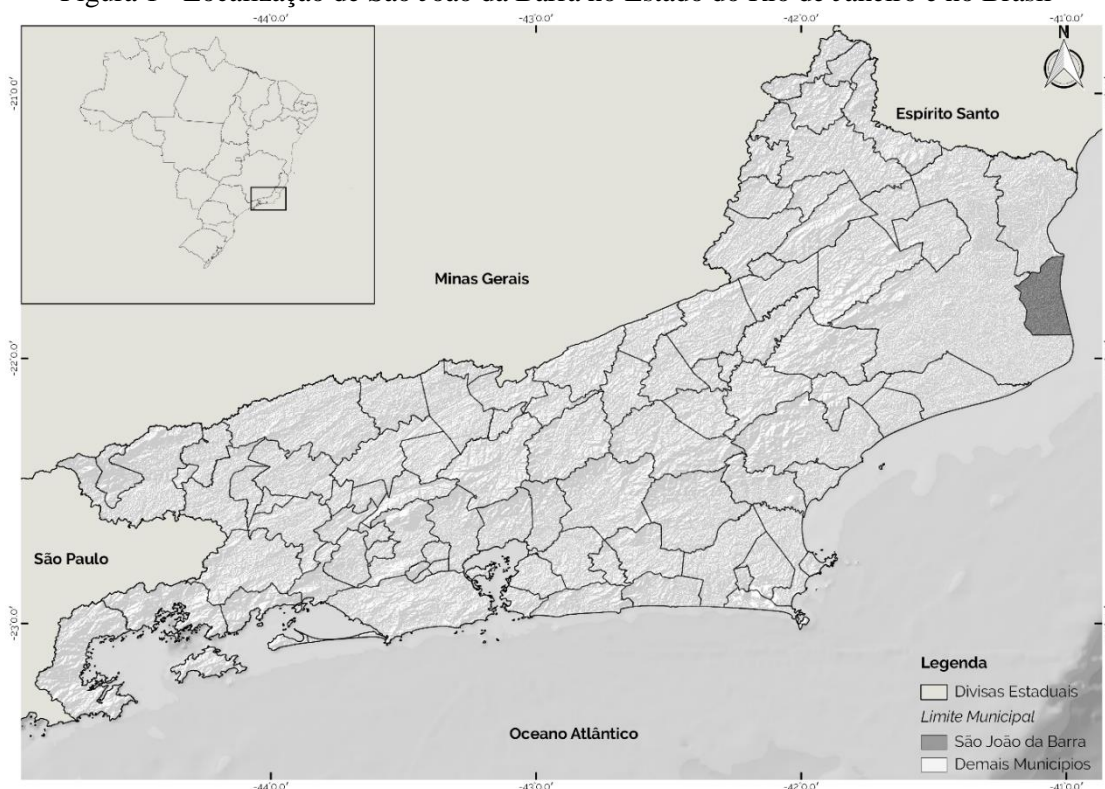
A desigual distribuição dos impactos ambientais, acirra essas questões, pois alguns grupos sociais conseguem escapar dos efeitos nocivos de determinado empreendimento, sendo “os rejeitos alocados nos espaços comuns onde residem os mais pobres, eximindo os que decidem de sofrer os danos ambientais localizados” (ACSELRAD, 2004, p. 110).

Nesse contexto identifica-se as comunidades que vivenciam as atividades pesqueiras por gerações nas comunidades estudadas. Esses grupos de pescadores e pescadoras sobrevivem a gerações dos recursos hídricos disponíveis na região, ou seja, pesca continental e marítima. No entanto, o viés desenvolvimentista adotado na política econômica do país, principalmente a partir dos anos de 1950, levou esses grupos a conviver mais intensamente com a disputa pelos recursos existentes.

Um levantamento dos danos ambientais causados pela indústria do petróleo e gás na região, realizado pelo Diagnóstico Participativo PEA-BC, identificou cinco macroimpactos na região estudada, são eles: 1) Ocupação do espaço marinho; 2) Dinâmica demográfica; 3) Ocupação e uso do solo; 4) Pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços; 5) *Royalties*. Em São João da Barra, especificamente, os entrevistados/as na investigação identificaram que as consequências da ação petrolífera estão ligadas a implementação do Porto do Açú e do Distrito Industrial (SOMA, 2014).

O município em questão (Figura 1) possui uma unidade territorial de aproximadamente 454,669 KM² e uma população de 32.747 (IBGE, 2010). Sua economia foi pautada nas atividades de pesca, criação de gado e navegação. São João da Barra foi uma das cidades portuárias mais influentes do século XX, principal via de comunicação e escoamento da produção, do Norte Fluminense, e Leste de Minas Gerais, com grandes cidades de nosso país e Europa.

Figura 1 - Localização de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil



Fonte: Acervo do projeto Mulheres na Pesca (2018).

Nesse sentido, é importante entender como esses macroimpactos, causados pela indústria petrolífera, interferem nas atividades pesqueiras das mulheres e na deflagração dos conflitos socioambientais. Haja visto que a Bacia de Campos é responsável por 85% da produção de petróleo do Brasil. A pesca e a produção de petróleo disputam a “apropriação dos territórios marítimos e coexistem em interação complexa [...] desde a instalação das primeiras plataformas de petróleo da Petrobras, no final dos anos 80” (BRONZ, 2009, p. 19). No entanto, percebe-se que o Diagnóstico Participativo PEA-BC (2012), bem como outras pesquisas, não prioriza o olhar feminino, questão de grande relevância para essa discussão.

Em São João da Barra há a coexistência da pesca continental e marítima, sendo a primeira realizada na Bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e seus afluentes e a segunda, principalmente no mar de Atafona e Açú. Nas comunidades pesqueiras uma gama de externalidades vem contribuindo para a marginalização da pesca, como: a “especulação imobiliária, a criação de complexos industriais portuários e polos turísticos, a destruição de áreas de manguezais, a extração mineral do mar, a poluição industrial e doméstica, além dos projetos de aquicultura intensiva” (MANESCHY, 2000; MELO;

LIMA; STADTLER, 2009; DIEGUES, 1995). Constatam-se ainda que os segmentos sociais mais vulneráveis e que sofrem diretamente com os impactos derivados destas atividades são as/os pescadoras/es artesanais, já que essas atividades interferem diretamente na entrada destes grupos ao mar, e/ou alteram suas dinâmicas sociais.

As narrativas das mulheres nas comunidades de Atafona, Barra do Açu e Quixaba, nos levam a identificar uma grande raiz conflitiva na região: *a disputa pelo uso e apropriação dos recursos hídricos* (marítimo e continentais). Essa disputa desencadeia uma série de pequenos conflitos socioambientais distribuídos no território que trazem consequências diretas para a manutenção da atividade pesqueira nessa região, sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese dos conflitos socioambientais, causas e consequências

Conflito	Causas		Consequência
Desaparecimento de áreas de pesca no rio	Diminuição do curso do rio, em decorrência do assoreamento.	Perda da área do mangue, por conta da invasão do mangue pelo mar, diminuindo consideravelmente a área de pesca e de navegação (bancos de areia).	- Escassez do pescado. - A entrada da água salgada não permite a reprodução dos peixes. - Desvio das embarcações, por que cona dos bancos de areia
Exclusão da área de pesca	Pescadores são impedidos (expulsos) das áreas próximas ao porto por conta da área de exclusão.	Porto instalado no pesqueiro de camarão, ou seja, região onde havia a maior quantidade do pescado	- Pescadores expulsos da área do porto. - Diminuição da quantidade de camarão nas pescarias
Abertura da Barra (Rio do Açu)	Impedimento da abertura da Barra, impasse com o INEA.	Área de conservação do Pelag.	- Dificuldade de reprodução das espécies e diminuição do pescado.
Poluição	Derramamento de rejeitos industriais na Bacia hidrográfica do rio Paraíba.	- Lançamento de lixo no rio e no mar.	Água do rio ficou preta

Fonte: Elaboração das autoras.

Nas falas das entrevistadas percebe-se que, apesar de não aparecer em seu discurso a expressão “conflitos socioambientais”, a raiz está na disputa pelo uso e apropriação dos recursos hídricos. A região que desde o século XX explora os recursos por meio da navegação, começou na metade deste século a disputar espaço com os

megaempreendimentos petrolíferos, principalmente após a construção do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açú – CLIPA, que delimitou área de exclusão de pesca em uma área antes conhecida, pelos pescadores e pescadoras, como pesqueiro de camarão (ZAPPES *et al*, 2016).

A maior consequência dos conflitos socioambientais vivenciada por mulheres e homens inseridos na cadeia produtiva da pesca é a escassez do pescado, seja pela perda de área considerável do mangue, da diminuição do curso da água do rio e da exclusão da área de pesca. A perda do curso do rio, ocorre por conta do assoreamento e erosão. A erosão na região do pontal em Atafona, área de encontro do rio Paraíba do Sul com o mar, vem avançado desde os anos de 1950. Esse processo erosivo pode ser de caráter natural ou da interferência humana. Os fatores naturais são períodos de grande estiagem e intensificação do vento nordeste. Fatores como a retirada da água do rio para o abastecimento de cidades e agricultura; construção de barragens para regularização do fluxo do rio; retirada de areia para a construção civil; são os principais pontos de influência da ação humana sobre a erosão dos rios. “Interpretar os processos costeiros do ponto de vista geológico induz a entender que esses fenômenos geográficos dinâmicos possuem causas naturais” (RIBEIRO, 2006, p. 10). No entanto, percebe-se que esse fenômeno natural tem sido intensificado pela ação humana sobre o recurso hídrico.

A exclusão da área de pesca ocorre principalmente por conta da ação da indústria petrolífera, pois os pescadores são impedidos de pescar uma determinada distância das plataformas de petróleo e da área do Porto do Açú. As mulheres entrevistadas comentaram que os “pescadores reclamam. Porque a maioria vai pescar, [...] eles mandam sair [fiscalização do porto] porque ali tem um pesqueiro, eles mandam se afastar do porto mesmo. Eles mandam os pescadores se afastar. Eles se revoltam, fizeram até uma barreira uma vez”. (ENTREVISTA 3). Souza *et al*. (2009) indica que o trânsito de embarcações de pequeno porte nos locais de obras, representam um conflito socioambiental relacionado as áreas de pesca.

A poluição e o mau uso das águas, tanto no mar como no rio, é outra questão importante destacada nas entrevistas. Em 2003 houve um derreamento de rejeitos industriais na Bacia do Rio Paraíba do Sul, que espalharam 900 mil metros cúbicos de um licor negro - material orgânico constituído basicamente de lignina e sódio, pela Indústria Cataguases de Papel. “A água ficou preta. [...], só via peixe boiando, os peixe[s] morreram tudo e depois disso, muitas doença[s] apareceram, matou caranguejo, matou

tudo” (ENTREVISTA 7). Há a indicação de jogar “bastante lixo no mar, [e a] pesca de forma inadequada, né” (ENTREVISTA 5).

Há também a disputa pela abertura da boca da barra no Rio do Açú, que margeia as comunidades do Açú e de Quixaba. Os/as moradores/as das comunidades tem opiniões discordantes entre a abertura ou não da barra, indicando que a há possibilidade de reprodução com a abertura é grande, mas pode também ocorrer a mortandade de algumas espécies. As mulheres comentaram que os mais antigos sempre falam da fartura de peixes, no momento da abertura, que ocorria duas vezes ao ano. Atualmente há uma proibição por parte do Instituto estadual do Meio Ambiente (INEA). A abertura da barra “é bom para a agricultura e para a pesca [...], aí colocaram essa imposição hoje que a gente está numa luta danada para tentar abrir de novo, teve tentativa de abrir, mas por conta própria porque antigamente a gente abria é ... a gente ia lá, mulheres, homens e crianças na pá e na enxada”. (ENTREVISTA 10).

Condição feminina na pesca: a luta pelo reconhecimento e valorização do trabalho

Entende-se por gênero “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [sendo, ainda,] uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). A introdução da variável “gênero” adicionou uma outra dimensão à análise dos ambientes, “em virtude das relações de poder entre homens e mulheres em muitas sociedades, relações de poder que estão sujeitas a mudança” (DI CIOMMO, 2007, p. 153). Nesse sentido, o gênero é constituído de vários domínios, e “é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1989, p. 23).

Di Ciommo (2007) complementa que, culturalmente, os homens estão vinculados ao setor produtivo, relativo à produção de bens e serviços. No entanto, “a sociedade e a cultura atribuem à mulher o papel materno, que reforça os vínculos biológicos e é por eles reforçado, criando os significados simbólicos de proximidade da natureza” (p. 153).

Essas diferenças são perceptíveis nas comunidades costeiras que possuem um quadro de grande vulnerabilidade social. Segundo Maneschy e Álvares (2010), a atuação feminina na pesca artesanal se caracteriza pela flexibilidade – trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidados -, conjugada, muitas vezes, com a precariedade, baixa renda e exclusão de direitos profissionais e sociais, que leva, na maioria dos casos, ao não reconhecimento do trabalho feminino, o que tem gerado diversos conflitos

socioambientais (MANESCHY, 2013; MELO; LIMA; STADTLER, 2009; FONSECA *et al.*, 2016).

As entrevistadas indicam que sua jornada de trabalho é sempre muito intensa, começando muitas antes do dia clarear. Antes de iniciar os trabalhos com o pescado as mulheres precisam deixar organizado o espaço doméstico, que consiste no cuidado da casa e das crianças/idosos e o preparo de alimentos. As tarefas realizadas por elas, na pesca, possuem a característica de fundo de quintal, existindo também as realizadas em frigorífico e cooperativa e/ou associações. A modalidade de fundo de quintal consiste na reunião das mulheres no quintal de uma delas para realizar o beneficiamento do pescado e/ou a limpeza do camarão. No frigorífico as mulheres trabalham, realizando essas mesmas atividades, porém em local privado, que nem sempre oferece boas condições de trabalho. Em Atafona e Quixaba possuem um número considerável dessa estrutura.

As condições de trabalho expostas por elas são complexas, visto que os espaços não são apropriados a elas não usam equipamentos de proteção de individual para realizá-los. Uma entrevistada indicou que ficava “sentada [sobre uma caixa de peixe em seu quintal], botava [...] duas caixas em cima e limpava [o peixe]. [...] Agora que eu uso luva, de primeiro eu não usava luva não. [...]. [limpar camarão] machuca, espeta, tem gente sempre com as mãos machucadas” (ENTREVISTA 1).

O município conta com a presença de uma cooperativa de mulheres, denominada “Arte Peixe”, que possui as ramificações de processamento e artesanato de peixe. No primeiro grupo as mulheres produzem *fishburguer*, *nuggets*, linguiça de camarão e outros. As cooperadas contam com um espaço específico para a realização das atividades, cedido pela prefeitura municipal. No entanto, o grupo encontra dificuldade no escoamento do produto, haja visto que este não possui o selo de certificação, que garante as vendas para supermercados e entidades públicas e privadas, além do acesso a política da agricultura familiar, que garante que 30% da merenda escolar seja adquirida dos/as pequenos/as produtores. Há também as mulheres que trabalham com o artesanato de escamas e couro de peixe.

Há também no município a Associação de Mulheres apoiadoras do Projeto de Educação Ambiental Foco (AMA – Pea-Foco), que produzem artesanato, principalmente da taboa. Essas mulheres não trabalham especificamente com o artesanato de escama e couro de peixe, mas estão inseridas em comunidades pesqueiras e possuem uma atuação na área de limpeza e filetagem do pescado. A sede da associação é a mesma do PEA-Foco, que proporcionam um suporte ao grupo.

Ao observar a realidade das pescadoras e/ou trabalhadoras da pesca artesanal percebe-se que suas atividades, na maioria das vezes, “são descontínuas e nem sempre traduzem em renda monetária” (MANESCHY, 2013, p. 45), pois sua atuação está diretamente ligada a sazonalidade da natureza, bem como a disponibilidade do pescado.

As narrativas convergem também na sentença de que não há mais como sobreviver somente da pesca, sendo possível identificar entre elas a pluriatividade, que consiste na combinação de múltiplas atividades ocupacionais realizadas por pessoas do mesmo núcleo familiar, ou seja, há a combinação da pesca artesanal com outras ocupações que não estão ligadas a atividade pesqueira. “A pluriatividade resulta da interação ente os indivíduos e as famílias e o contexto social e econômico em que estão inseridas”. (COTRIM; MIGUEL, 2008, p. 2).

O papel da mulher na manutenção e reprodução da família e do grupo como um todo é muito relevante. Entretanto em muitos casos sua atuação não é valorizada. Quando questionada sobre um ponto positivo da pesca, a entrevistada indica que “não tem ponto positivo [...] não, porque é muito barato pra descascar um [camarão]. Trabalhar na pesca é muito sacrifício e [...] eles não dão valor para o que a gente faz, não. Porque muitas mulheres limpam o peixe a um real o quilo, então não acho vantagem não, tá nessa vida não [...]” (ENTREVISTA 3).

A questão do reconhecimento (ou não reconhecimento) é muito forte na fala das mulheres, que influencia diretamente sua garantia de direitos trabalhistas e previdenciários. Para o acesso a essas políticas públicas sociais é necessário as pescadoras e/ou trabalhadoras da pesca estarem inscritas no Registro Geral da Pesca (RGP), que funciona como a identidade de trabalho das mulheres e homens inseridos na cadeia produtiva da pesca.

No entanto, percebe-se pelas falas, e por alguns estudos, que as mulheres possuem maior dificuldade de acesso a esse registro e conseqüentemente as políticas à ele atreladas, por terem sua mão-de-obra vista como “ajuda” aos maridos/família (MANESCHY, 1995, 2000; GALVÃO; KALIKOSKI, 2012; ROCHA, 2011); não ter acesso direto ao órgão expedidor e/ou por dependerem da mediação da colônia, que não está muito engajada na defesa dos direitos das mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca (MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

Recentemente, a lei nº. 13.134 de 16 de junho de 2015, trouxe em sua redação a categoria de “apoio a pesca”, englobando as etapas de pré e pós e captura onde a presença das mulheres é maciça. Entretanto, em 2017, a categoria “apoio à pesca” foi revogada da

lei pelo decreto 8.967 de 23 de janeiro de 2017, mudando os critérios de inscrição no RGP. Essa revogação, torna a mulher legalmente invisível na pesca artesanal, ou pelo menos parte delas que não estão inseridas nas atividades de captura. (HELLEBRANDT, 2017).

Considerações finais

As mulheres pescadoras e/ou trabalhadoras da pesca lutam diariamente para se afirmarem como profissionais na área, bem como para ter acesso aos direitos sociais, visto que seu trabalho – confecção e reparos de petrechos da pesca, coleta de mariscos e beneficiamento do pescado, entre outros - e sua atuação como membros das comunidades, não são valorizados e reconhecidos pelos outros atores sociais (homens) envolvidos na cadeia produtiva, mesmo diante de sua forte atuação, inclusive nas colônias de pesca, e pelo próprio poder público que não incorporou na legislação de pesca a problemática feminina. Por exemplo, o termo “mulher” nunca apareceu na redação da legislação pesqueira. Entretanto em 2015, “pescadora” começou a aparecer junto com o termo “trabalhadora de apoio à pesca artesanal”.

Na pesca artesanal, percebe-se que os que possuem maior conhecimento/poder sobre determinada ação influenciam na tomada de decisões dos órgãos ambientais, “seja pela via da pressão política direta, seja por meio de divulgação à sociedade sobre a importância econômica e social do seu empreendimento (geração de empregos é um dos argumentos), ou pelas duas formas” (QUINTAS, 2006, p. 63). Deste modo, nota-se que o domínio sobre os recursos do ambiente está inerentemente ligado às disputas de poder.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

BRASIL. Panorama do município de São João da Barra. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/panorama>. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

BRONZ, Deborah. *Pescadores do petróleo: políticas ambientais e conflitos territoriais na Bacia de Campos*. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museu Nacional, 2009.

COTRIM, D.S.; MIGUEL, L.A. Pluriatividade: uma noção aplicável em pescadores artesanais?. In: *Encontro de Economia Gaúcha*, IV, Porto Alegre, RS. Anais do evento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/30323>. Acesso em novembro de 2016.

DI CIOMMO, R.C. Pescadoras e Pescadores: a questão da equidade de gênero em uma Reserva Extrativista Marinha. *Ambiente & Sociedade*: Campinas, v. X, n. 1, p. 151-163, jan.jun., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a10.pdf>. Acessado em 10 outubro de 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. 269 p.

FONSECA, Marília; ALVES, F.; MACEDO, M.C.; AZEITEIRO, U.M. O Papel das Mulheres na Pesca Artesanal Marinha: Estudo de uma Comunidade Pesqueira no Município de Rio das Ostras, RJ, Brasil. *Journal of Integrated Coastal Zone Management / Revista de Gestão Costeira Integrada*, v. 16, n. 2, p. 231-241, 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-88722016000200010. Acesos em 10 de setembro de 2016.

GALVÃO, Melina Chiba; KALIKOSKI, Daniela Coswig. Problematizando a questão de gênero na gestão compartilhada da pesca: reflexões a partir de um estudo de caso da pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos/RS. In: *Encontro da rede de estudos rurais: Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientalização: paradigmas e atores em conflito*, V, 2012, Belém - PA.

GERBER, Rose Mary. *Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no Litoral de Santa Catarina, Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. 313 f.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. *Mulheres da Z3: o camarão que "come" as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca*. 2017. 173 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MANESCHY, Maria Cristina Alves. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia*, Belém, v.11, n. 2. 1995. Disponível em: <http://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/821>. Acessado em 10 de dezembro de 2017.

_____. Da casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. *Proposta*, n. 84/85, março/agosto, 2000. Acessado em 10 de dezembro de 2017.

_____. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (organizadoras). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. Cap. 1, p. 41-64.

_____. ALVARES, Maria Luiza Miranda. Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. Revista Coletiva, v. 1, p. out. dez., 2010. Disponível em: <http://www.coletiva.org/index.php/artigo/mulheres-na-pesca-trabalho-e-lutas-por-reconhecimento-em-diferentes-contextos/>. Acessado em 15 de setembro de 2016.

_____; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento gênero e empoderamento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n.3: 384, set./dez., 2012, p713-737. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300007>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

MELO, M.F.M. de; LIMA, D.E.S.; STADTLER, H.H.C. O Trabalho das pescadoras artesanais: "Coisa de mulher". In: *Congresso Brasileiro de economia Doméstica, XX*, 2009, Fortaleza - CE, Anais Grupo de Trabalhos GT 01 - Desenvolvimento humano, família e relações de gênero, Fortaleza - CE, 2009, p. 1-11. Disponível em: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2016.

QUINTAS, J.S. *Introdução a Gestão Ambiental Pública*. 2.ed. MMA/IBAMA: Brasília, DF, 2006. 102 p.

RIBEIRO, G.P.; FIGUEIREDO JR., A.G. DE; ROSAS, R. O. Processos costeiros: erosão em Atafona e progradação em Grussaí, São João da Barra (RJ) – morfometria para retratação espacial desses eventos e identificação de sua tendência evolutiva. In: *Simpósio Nacional de Geomorfologia: Geomorfologia tropical e subtropical: processo, métodos e técnicas*, VI. Goiânia, 2006. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/6/6/288.pdf>. Acesso em outubro de 2018.

ROCHA, Nádia Sueli Araújo da. *A PESCA FEMININA NA COMUNIDADE SEGREDINHO: Município de Capanema-PA*. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Belém, 2011. 119 f. disponível em: http://ppgedam.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2011_Dissertacao_Nadia.Sueli.Araujo.da.Rocha.pdf. Acessado em 20 de janeiro de 2018.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat, *Gender and the politics of history*, New York, Columbia University Press, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/291769/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2016.

SILVA, Catia Antonia da. Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Ed. Consequências: Rio De Janeiro, 2015. 115 p.

SOMA – DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE. Relatório de Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Referente ao Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos – PEA-BC. 2014. Disponível em: <http://pea->

bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/60_relatorio_pea_bc_rev.04_final.pdf. Acesso em setembro de 2017.

SOUZA, T. N.; TERRA, R. P.; OLIVEIRA, V. P. S. Implantação do Complexo Portuário do Açú e atividades de pesca artesanal marinha do Norte Fluminense: um conflito socioambiental. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago*, Campos dos Goytacazes/RJ, vol. 3, n. 2, pp. 23-30, 2009.

WOORTMANN, E.F. Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, 1992. p. 1-31. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/rbcs18_04.htm. Acesso em setembro de 2016.

ZAPPES, Camilah Antunes; OLIVEIRA, Pablo da Costa; DI BENEDITTO, Ana Paula Madeira. Percepção de pescadores do Norte Fluminense sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação de megaempreendimento portuário. *Bol. Inst. Pesca*, São Paulo, 42(1), p. 73-88, 2016. Disponível em: http://www.pesca.sp.gov.br/42_1_6%20BIP011artigo73-88.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2017.